



CÓD: OP-012NV-22
7908403529735

SME-SETE LAGOAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SETE LAGOAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Cuidador Infantil

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos. Tipologia e gêneros textuais	5
2. Figuras de linguagem.	13
3. Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia.	15
4. Ortografia.....	16
5. Acentuação gráfica	16
6. Uso da crase.	17
7. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. Locuções verbais (perífrases verbais).....	18
8. Funções do “que” e do “se”.	25
9. Elementos de comunicação e funções da linguagem.	26
10. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego dos elementos de sequenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempo e modos verbais. Domínio dos mecanismos de coerência textual.	28
11. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto;.....	29
12. Reorganização da estrutura de orações e entre orações. Períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	30
13. Concordância verbal e nominal.	32
14. Regência verbal e nominal.	34
15. Colocação pronominal.	35
16. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.	36
17. Função textual dos vocábulos	37
18. Variação linguística	37

Matemática

1. Conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. Conjunto dos números inteiros: operações.	47
2. Conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação.	56
3. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos.	58
4. Sistema de medida, sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de tempo.....	58
5. Razões, proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais.....	60
6. Regra de três simples e composta,	61
7. Porcentagem.....	62
8. Juros.....	65
9. Equações de 1º grau, sistema de equações.	67
10. Cálculo de área e perímetros de figuras planas.	70
11. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos e tabela.	81
12. Análise combinatória e probabilidade.....	86

Legislação Municipal

1. Conhecimento da legislação no que se refere ao Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Profissionais do Quadro da Educação da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas	93
2. Estatuto dos Servidores Públicos de Sete Lagoas	100
3. Lei Orgânica do município.....	120

Conhecimentos Específicos Cuidador Infantil

1. Cuidados com a criança: alimentação, higiene, saúde e segurança	149
2. Desenvolvimento da criança.	166
3. Educação Inclusiva.	170
4. Educar e cuidar.	178
5. Jogos, brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil	180
6. Noções sobre primeiros socorros	185
7. REFERÊNCIAS - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creche: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB/2012	195
8. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Livro de estudo: Módulo III. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. (Coleção PROINFANTIL, Unidade 6)	206
9. CRUZ, Sílvia Helena Vieira; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança. In: CARVALHO, Rodrigo Saballa de; FOCHI, Paulo Sérgio (Orgs). Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, set. / dez. 2017	209
10. KISHIMOTO, T. M. A importância do brinquedo para a educação. Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ, ano 4, nº 8, p. 7-13, jan. / jun. 2002	210
11. KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil. In: Anais do I seminário nacional: currículo em movimento. Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010	211
12. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006	213
13. PIOVESAN, Josieli et al. Psicologia do desenvolvimento. In: PIOVESAN, Josieli et al. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem [recurso eletrônico]. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018	226
14. PIRES, Adriane Regina Scaranti. MORENO, Gilmar Lupion. Rotina e escola infantil: organizando o cotidiano de crianças de 0 a 5 anos	226
15. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas/ Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007	229
16. SIAUIYS, Mara O. de Campos. Brincar para todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.	232

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS. TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual

- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:
A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais é melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

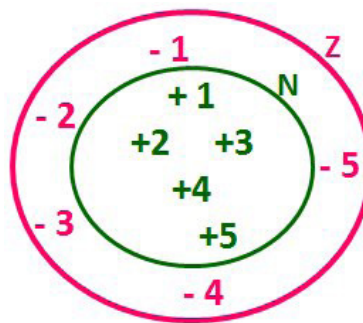
- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

MATEMÁTICA

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS: OPERAÇÕES, DIVISIBILIDADE, DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL NOS SEUS FATORES PRIMOS, MÚLTIPLOS E DIVISORES, MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM DE DOIS OU MAIS NÚMEROS NATURAIS. CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES.

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



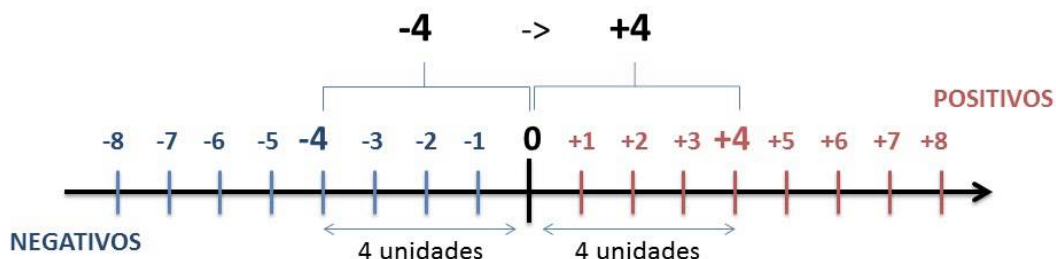
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

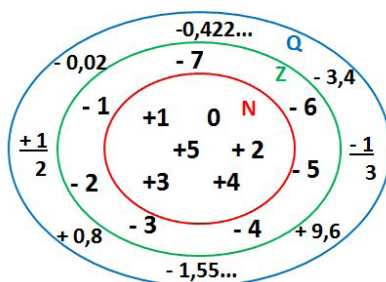
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

* 0,444...
Período: 4 (1 algarismo)

$$0,444... = \frac{4}{9}$$

* 0,313131...
Período: 31 (2 algarismos)

$$0,313131... = \frac{31}{99}$$

* 0,278278278...
Período: 278 (3 algarismos)

$$0,278278278... = \frac{278}{999}$$

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO NO QUE SE REFERE AO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 80 DE 04 DE SETEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, O ESTÍMULO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIDOR, SUA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Sete Lagoas, por seus representantes legais votou, e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Profissionais do Quadro da Educação da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.

Art. 2º A administração de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas será executada em obediência a diretrizes básicas, fixadas nessa Lei e demais normas aplicáveis, guiando-se, ainda, pelos princípios de equidade, impessoalidade, moralidade e reconhecimento do mérito funcional.

Art. 3º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Plano de carreira - o conjunto de normas que agrupa e define as carreiras do quadro especial de profissionais da educação, correlacionando os segmentos e as respectivas classes de cargos nos níveis de escolaridade, de padrões de vencimento, bem como define critérios para desenvolvimento na carreira;

II - Carreira - o conjunto de segmentos de classes, com os respectivos cargos, tendo a mesma identidade funcional, dispostos hierarquicamente;

III - Segmento de classe - o conjunto de classes de atribuições da mesma natureza, observados os níveis de escolaridade exigidos, o grau de responsabilidade, a natureza e a complexidade das atribuições de acordo com os fins a que se destinam;

IV - Classe - o conjunto de cargos com a mesma denominação, para cujo exercício se exige o mesmo nível de escolaridade e a mesma responsabilidade;

V - Servidor Público é a pessoa legalmente investida em cargo ou função pública;

VI - Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidos ao respectivo titular.

VII - Cargo público de carreira, assim declarados em lei, de provimento efetivo, ocupados por servidores aprovados em concurso público;

VIII - Cargo público em comissão, assim declarados em lei, de livre nomeação e exoneração;

IX - Função pública é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas, transitoriamente, ao servidor público, ocupante de cargo público de carreira, quando do exercício de atividades de coordenação e/ou chefia;

X - Grupo ocupacional é o agrupamento de cargos de carreira de natureza, requisitos e responsabilidades semelhantes, que justifiquem tratamento de investimentos, segundo a natureza do trabalho, ou grau de conhecimento exigido pelo seu desempenho;

XI - Referência é a designação numérica indicativa da posição do cargo na hierarquia da tabela de vencimentos;

XII - Faixa de vencimento é a escala de padrões atribuídos a uma determinada referência;

XIII - Padrão de vencimento é o algarismo romano que identifica a retribuição pecuniária recebida pelo servidor dentro da sua faixa excluídas às vantagens pessoais decorrentes de legislações específicas.

XIV - Interstício é o lapso de tempo estabelecido com o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão.

XV - Progressão vertical é a elevação do padrão de vencimento do servidor efetivo e/ou estável para o padrão imediatamente superior dentro da faixa de vencimento do grupo ocupacional a que pertence, observadas as normas específicas em Lei e em regulamento específico.

XVI - Funções de magistério - as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência: professor, pedagogo, professor eventual, diretor, vice-diretor e inspetor; integram a carreira do magistério do sistema de ensino público os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção, vice-direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

XVII - Gratificação de função - o adicional pago ao servidor pelo exercício de atribuições especiais;

XVIII - Contrato por tempo determinado - o regime especial para admissão de servidores em serviços de caráter temporário com a mesma denominação, remuneração e atribuições do cargo efetivo correspondente;

XIX - hora/aula: fração de tempo com duração de 50 (cinquenta) minutos em que é dividido o turno escolar, destinada ao desempenho das atividades letivas do Professor, no exercício da docência, com a participação efetiva do aluno no desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 253/2021)

XX - hora/atividade: consiste no desenvolvimento das atividades do Professor, no exercício da docência, quando nas atribuições de planejamento, estudo, formação continuada, colaboração com a administração da unidade, participação em reuniões, eventos de trabalho e outras atividades inerentes ao Projeto Político Pedagógico da unidade educacional. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 253/2021)

Art. 4º Os cargos previstos no ANEXO I desta Lei constituem o Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.

§ 1º Os cargos constantes no ANEXO II passam a receber as novas denominações nele estabelecidas.

§ 2º Os cargos e as funções públicas serão criados com denominação própria, número certo, atribuições específicas e corresponderão a valores determinados por lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 5º A retribuição pecuniária dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração encontra-se fixada no ANEXO III que fica fazendo parte integrante dessa Lei.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 6º O provimento de cargo poderá ser realizado em caráter efetivo ou provisório, de livre nomeação e exoneração, e far-se-á mediante ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A contratação de profissional da educação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público será em caso de substituição, aposentadoria, férias e licenças previstas em lei;

I - em caso de vacância do cargo, não havendo concursado para assumir o cargo, o contrato deverá ser realizado por período de 6 (seis) meses, prorrogável uma vez por igual período;

II - durante o período de contratação, obrigatoriamente, deverá ser realizado Concurso Público para preenchimento do cargo vago.

Art. 7º Os cargos de provimento efetivo são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros, que preencham os requisitos definidos em lei, e o ingresso dar-se-á no vencimento inicial de carreira, dependendo de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 8º O concurso público destinado a apurar a capacitação para o exercício de cargo público será desenvolvido em etapas objetivas de caráter eliminatório e classificatório, compreendendo uma ou mais etapas, conforme previsto no edital.

§ 1º O concurso público poderá incluir programa de treinamento como etapa integrante do processo seletivo.

§ 2º O prazo de validade do concurso público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

§ 3º A aprovação, bem como a prorrogação, em concurso público não cria direito à nomeação, mas esta, quando ocorrer, respeitará a ordem de classificação.

§ 4º Durante o período de validade de um concurso público, os candidatos aprovados, terão prioridade sobre novos concursados e deverão ser convocados para nomeação por ordem rigorosa de classificação, sob pena de nulidade do ato e abertura de inquérito administrativo para apurar a irregularidade.

§ 5º Os concursos públicos serão administrados pelo órgão responsável pela administração de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas ou por instituição especializada, mediante convênio ou contrato administrativo.

Art. 9º As pessoas com necessidades especiais não sofrerão impedimentos ao exercício de cargo público, salvo quando estas foram incompatíveis com a natureza das atribuições a serem desempenhadas, conforme especificada em lei.

§ 1º Será reservado o percentual, nunca inferior a 10%, de vagas para as pessoas portadoras de necessidades especiais a serem preenchidas através de concurso público.

§ 2º As vagas a serem preenchidas nos termos previstos no parágrafo anterior serão definidas no Edital do Concurso.

Art. 10 O servidor público, nomeado em virtude de concurso público e submetido ao estágio probatório, adquire estabilidade após completar 3(três) anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 11 O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo, no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Art. 12 O ingresso na carreira do Quadro de Pessoal da Educação dar-se-á por concurso público de provas e títulos, de acordo com as exigências e habilitações constantes do Anexo VI, integrante desta Lei.

§ 1º Ao se definir pela realização de concurso público, será constituída uma comissão paritária coordenadora, formada por representantes da Administração Pública Municipal e por representantes dos Sindicatos Locais Representativos dos Profissionais da Educação.

§ 2º A escolaridade mínima exigida para investidura em cargo do Quadro de Pessoal da Educação é a fixada para o padrão I, conforme Anexo VI desta Lei, e todos os cargos para os quais for exigida a mesma escolaridade na investidura terão salário básico inicial de mesmo valor.

CAPÍTULO III DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Art. 13 O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos profissionais do quadro de pessoal da educação da Secretaria Municipal de Educação tem como fundamentos:

I - o plano de desenvolvimento da educação pública municipal;

II - a constituição do quadro funcional composto por servidores efetivos e/ou estáveis.

III - o desempenho eficiente das atribuições relativas à educação;

IV - o desenvolvimento dos profissionais da educação, na respectiva carreira, com base no princípio da igualdade de oportunidades, no mérito e desempenho funcional, na qualificação profissional e no esforço pessoal;

V - a manutenção de sistema permanente de capacitação dos profissionais da educação;

VI - a valorização e a humanização dos profissionais da educação;

VII - a isonomia remuneratória entre cargos e funções iguais ou semelhantes e a remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas, observados os dispositivos constitucionais vigentes;

VIII - a garantia da gestão democrática da educação pública do município de Sete Lagoas;

IX - a garantia de condições para realização de trabalho pedagógico coletivo.

Art. 14 A carreira dos profissionais da educação do quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Sete Lagoas tem como princípios básicos a:

I - profissionalização, que pressupõe a qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento.

III - progressão Vertical .

IV - (vetado)

§ 1º (vetado)

a) (vetado)

b) (vetado)

c) (vetado)

d) (vetado)

e) (vetado)

§ 2º (vetado)

a) (vetado)

b) (vetado)

c) (vetado)

d) (vetado)

§ 3º (vetado)

a) (vetado)

b) (vetado)

c) (vetado)

d) (vetado)

§ 4º (vetado)

a) (vetado)

b) (vetado)

c) (vetado)

d) (vetado)

§ 5º (vetado)

a) (vetado)

b) (vetado)

c) (vetado)

d) (vetado)

e) (vetado)

f) (vetado)

Art. 15 A carreira dos profissionais do quadro da educação do Município de Sete Lagoas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares e do órgão central é composta dos cargos constantes no Anexo I e III desta Lei.

§ 1º As funções de diretor e vice-diretor escolar, cargo comissionado de recrutamento limitado, serão providos por servidor efetivo do Quadro de Profissionais da Educação da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Poderá exercer as funções de diretor e vice-diretor escolar os seguintes profissionais: Professor, Pedagogo ou Inspetor Escolar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 253/2021)

§ 3º Os cargos de Coordenador de Cantina Escolar e o Coordenador de Atividades artísticas, desportivas, culturais e de lazer são de recrutamento limitado e exclusivos do CAIC.

§ 4º As unidades escolares que atendem às pessoas com necessidades especiais contam, ainda, com os seguintes cargos:

a) tradutor Braille;

b) intérprete LIBRAS ou de linguagem de sinais.

§ 5º São considerados cargos técnico-pedagógicos os de Auxiliar de Secretaria, Assistente de Biblioteca, Técnico em Biblioteca, Técnico em Educação, Técnico Orçamentário, Tradutor Braille, intérprete LIBRAS ou de linguagem de sinais e Instrutor de oficina Pedagógica.

§ 6º As escolas que ministrem apenas o ensino infantil não contarão com a função de secretária escolar.

§ 7º O servidor no exercício de cargo em comissão de Diretor Escolar I e II o fará em dedicação exclusiva. (Redação dada pela Lei Complementar nº 133/2010)

§ 8º É proibida a extensão de carga horária para os cargos cuja regulamentação seja igual ou superior a 40 (quarenta) horas semanais.

§ 9º O cargo de Secretário Escolar é de recrutamento limitado e será ocupado, preferencialmente, pelo Auxiliar de Secretaria.

§ 10 As funções de diretor e vice-diretor escolar serão providas por sua escolha direta da comunidade escolar e sendo escolhidos prioritariamente dentro da própria unidade escolar, regulamentada em lei específica.

Art. 16 O desenvolvimento dos profissionais da educação na carreira constitui-se das seguintes fases:

I - ingresso;

II - progressão Vertical

SEÇÃO II DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 17 A progressão vertical, consistirá na passagem do servidor efetivo e/ ou estável do padrão em que se encontra para o imediatamente superior, mediante comprovação de tempo de serviço e avaliação de desempenho.

§ 1º A progressão vertical concretiza-se pelo pagamento de 5% sobre o vencimento básico do cargo, após 05(cinco) anos de efetivo exercício e avaliação satisfatório de desempenho, caracterizando-se por algarismos romanos de I até VI.

§ 2º A progressão vertical poderá ocorrer a cada período estipulado na carreira do servidor desde que atenda aos requisitos de:

a) cursos de capacitação profissional;

b) tempo de serviço;

c) desempenho:

I - Para receber a progressão o servidor deverá atingir ao menos 70%(setenta por cento) do total da avaliação, na média das últimas 3 (três) avaliações de desempenho.

II - O servidor que atender às exigências para progressão vertical, contidas nesta Lei, deverá preencher o requerimento próprio e juntar seus documentos comprobatórios, encaminhando sua solicitação ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.

§ 3º - A progressão vertical será processada imediatamente após o término do interstício de avaliação, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - As vantagens decorrentes da progressão vertical serão percebidas a partir do dia seguinte ao término do interstício de avaliação.

Art. 18 Para a apuração do desempenho do servidor, serão utilizadas avaliações de desempenho a serem realizadas semestralmente pela Comissão Paritária de Avaliação de Desempenho, a ser constituída pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação e designado por ato do chefe do executivo, sob regras a serem definidas em regulamento próprio, a ser editado em, 90(noventa) dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo Único. Não sendo realizada a avaliação de desempenho nos termos e prazos definidos no caput deste artigo, a progressão vertical dar-se-á independentemente da avaliação.

Art. 19 Não poderá receber a progressão vertical o servidor que:

I - sofrer pena administrativa de suspensão, destituição de função ou demissão após processo administrativo em que não caiba mais recurso, no interstício de avaliação corrente;

II - tenha se licenciado, por período superior a 180(cento e oitenta) dias, no interstício de avaliação corrente, excluída a Licença Saúde, Gestação, acidente de trabalho e as férias prêmio.

Art. 20 As listas dos servidores que receberão a progressão vertical serão publicadas e afixadas nos painéis de avisos existentes na Prefeitura Municipal de Sete Lagoas.

Art. 21 Os comprovantes de pós - graduação stricto-sensu e lato-sensu só serão considerados, para efeito de desenvolvimento na carreira, se obtidos em cursos ou programas vinculados à área de educação e emitidos por instituição reconhecida pelo MEC.

Art. 22 A Secretaria Municipal de Educação constituirá uma comissão paritária de avaliação de desempenho dos profissionais do quadro da educação, com as seguintes competências:

I - elaborar as diretrizes da avaliação de desempenho para fins de progressão vertical na carreira;

II - analisar solicitações, em grau de recurso, de progressão vertical na carreira;

III - emitir parecer conclusivo sobre recursos interpostos referentes à avaliação negativa de desempenho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cuidador Infantil

CUIDADOS COM A CRIANÇA: ALIMENTAÇÃO, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA

Higiene, saúde e cuidado

A política de saúde no Brasil passou por diversas mudanças, as quais foram evidenciadas em diferentes contextos históricos. Impulsionando assim, um processo de visível evolução, que culminou no Sistema Único de Saúde (SUS), baseado no princípio constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado. Destarte, faz-se necessário remeter aos movimentos que viabilizaram a implantação do modelo da atual política de saúde¹.

No final da década de 1970, ganha destaque, na relação Estado-Sociedade, o movimento pela democratização da saúde, que, envolvendo intelectuais/profissionais de saúde, movimentos sociais e estudantes criou condições para a construção do projeto da Reforma Sanitária brasileira.

Durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em 1986, estavam postas as bases do movimento da Reforma Sanitária, buscavam um novo direcionamento para a política de saúde, até então seletiva e com caráter meramente curativo. Tal movimento, de cunho político-ideológico reivindicava uma saúde pública balizada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Além desses princípios, vislumbrava-se um conceito mais amplo de saúde, passando a agregar fatores determinantes expressos através das condições de saneamento, moradia, alimentação dentre outros, os quais pudessem subsidiar um estado pleno de bem-estar físico, mental e social.

Diante das repercussões obtidas com o movimento da Reforma Sanitária a de maior relevância para a saúde foi a inscrição, na Carta Constitucional de 1988, do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído com a Lei Orgânica da Saúde (LOS), Lei nº 8.080/90, substituindo o Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS). Desta maneira, ao reconhecer a saúde como resultado das condições econômicas, políticas, sociais, culturais, e preconizada por lei, o Serviço Social passa a fazer parte do conjunto de profissões necessárias à identificação e análise dos fatores que intervêm no processo saúde/doença.

No Brasil, o processo de inserção dos assistentes sociais no âmbito da saúde pode ser caracterizado a partir da década de 1940, enquanto profissão institucionalizada. Período pelo qual o/a assistente social executava atividades distintas das quais realiza na contemporaneidade.

A este profissional era incumbido o papel de vigilância da saúde do operariado e de sua família, devendo este, através de visitas domiciliares verificar as condições de vida dos operários e solucionar os possíveis problemas, tendo como único fim a garantia da produtividade, denotando assim o caráter da subserviência da profissão a lógica do mercado.

Na contemporaneidade a profissão, assim como a política de saúde, avançou. O Conselho Nacional de Saúde - CNS, através da resolução nº 218/1997, reconheceu o assistente social como um dos

treze profissionais de saúde de nível superior, junto com o biólogo, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

O Conselho Federal de Serviço Social - CEFESS, através da resolução 383/1999, reafirma o assistente social como profissional de saúde, pautado na resolução anteriormente citada, no novo conceito de saúde inaugurado pela Constituição de 1988, na própria formação do assistente social e no seu compromisso ético-político expresso no Código de Ética da profissão de 1993, que coloca que um dos principais fundamentos do Serviço Social é o “posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Essa reorientação na prática do assistente social se deve a própria reorganização da saúde. Esse profissional passa agora a desempenhar atividades que abrangem ações de caráter emergencial assistencial, educação, informação, comunicação em saúde, planejamento, assessoria e por fim mobilização e participação social.

Essas atividades passam a ser operacionalizadas através dos seguintes núcleos de objetivação: levantamento de dados, interpretação de normas e rotinas, agenciamento de medidas e iniciativas de caráter emergencial, procedimentos de natureza socioeducativa, informação e comunicação em saúde, e desenvolvimento de atividades de apoio pedagógico e técnico político. As novas incumbências trazidas para o profissional do Serviço Social passam a exigir um referencial teórico crítico e não apenas habilidades técnico operativas.

Dentro desse contexto, focalizando nosso olhar a atuação do assistente social no nível primário, responsável pela atenção básica, realizada em postos e centros de saúde, pode-se perceber que, a prática profissional da assistente social apresenta-se de forma indireta, e não vem refletindo um firme posicionamento intelectual, reflexivo, crítico, que dê visibilidade ao seu trabalho.

No contexto do processo de trabalho, encontra-se um campo rico a ser explorado pelo Serviço Social. Diante dos novos tempos, urge os grandes desafios que devem ser direcionados pelos assistentes sociais, os quais devem apreender e decifrar as condições e percepções da vida do indivíduo além de sua aparência.

Torna-se necessário uma intervenção inteligente no âmbito do conflito, a qual o profissional deve remeter a necessidade de uma constante atualização teórica e de uma postura investigativa através de pesquisas e capacitação continuada, pois a ação sobre a realidade está em constante mudança.

Em última instância, os princípios que orientam e balizam a profissão de Serviço Social, e presentes no Código de ética de 1993, apresentam-se incompatível com a conjuntura política econômica brasileira baseada nos princípios neoliberais. Essa afirmação é fortalecida quando os profissionais da categoria insistem em uma atuação restrita, emergencial e acrítica, não participando do processo de luta pela ampliação dos direitos sociais.

O desafio, portanto, é realizar uma leitura reflexiva processual para determinar as repercussões das transformações que se estão produzindo. Para isso, é necessária uma prática reflexiva, pois o modo de agir, suas ações, deixam marcas na sociedade.

¹SANTOS, Andreza da Silva; et. al. *A prática do assistente social no âmbito da saúde: impasses na dimensão ético-política da profissão*. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.

Sistemas de Serviços de Saúde

Os Sistemas de Serviços de Saúde existem desde que o homem percebeu e sentiu as manifestações da doença e, a partir de então, buscou formas de proteger a saúde e tratar-se. As iniciativas de organização dos Sistemas de Serviços de Saúde surgiram tanto como ação curativa, com práticas de sangria e quarentena, como de ações preventivas, como a construção de habitações em locais elevados e com janelas para permitir a circulação do ar².

Com a descoberta do micróbio, na segunda metade do século XIX, passou-se a acreditar que todas as doenças eram de origem uni causal, assim, os Sistemas de Serviços de Saúde passaram a organizar-se de maneira a combater as infecções já instaladas e buscar formas de evitar o contato do homem com esses microrganismos.

Na atualidade, com a compreensão do processo saúde-doença-cuidado, de forma complexa e multicausal, os Sistemas de Serviços de Saúde têm se organizado de forma diferenciada entre os países, no entanto esses sistemas têm objetivos comuns de restaurar, proteger e promover a saúde de seus cidadãos.

De acordo a Organização Mundial de Saúde, os Sistemas de Serviços de Saúde podem ser compreendidos como uma combinação de recursos, organização, financiamento e gerência que visam oferecer serviços de saúde para uma população. Desta forma, os Sistemas de Serviços de Saúde são sistemas sociais que se propõem e se organizam com o intuito de prestar assistência à saúde a uma população definida.

No entanto, para um melhor exercício profissional e uma gestão mais efetiva dos sistemas de saúde, faz-se necessário uma melhor compreensão das funções, estrutura e organização desses sistemas. A prática profissional e o exercício de gestão não devem ser exercitados a partir do senso comum ou do voluntarismo político, como, muitas vezes, costuma ser regra.

Ademais, o desconhecimento dos fundamentos dos Sistemas de Serviços de Saúde empobrece o debate sobre esse sistema social, ao introduzir ruídos e propostas inconsistentes que desobedecem às suas características particulares ou aos seus princípios, conduzindo a uma prática profissional descontextualizada e uma gestão ineficaz.

Principais Características dos Sistemas de Serviços de Saúde

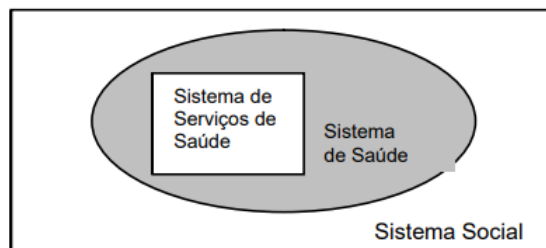
Inicialmente, faz-se necessário compreender a diferença entre Sistema de Saúde e Sistema de Serviços de Saúde. De acordo com a compressão de saúde como resultante das condições de vida, esta só pode ser alcançada através de um sistema intersetorial que seja capaz de influenciar os diversos aspectos que determinam e transformam a situação de saúde das populações.

Assim, a Organização Mundial de Saúde define Sistema de Saúde como sendo um conjunto coerente de diversos componentes inter-relacionados seja setorial ou intersetorial, que produzem um efeito na população. A configuração do sistema de saúde é influenciada por seus objetivos e seus valores fundamentais.

Diante dessas definições é possível, conceitualmente, diferenciar Sistema de Saúde de Sistema de Serviços de Saúde, sendo este último um subsistema uni setorial, responsável pelas ações de saúde propriamente ditas, com predominância nas ações de recuperação (cura e reabilitação) e proteção à saúde (prevenção de agravos, vigilância em saúde, controle de riscos e danos, etc.).

A figura abaixo esquematiza a posição dos Sistemas de Serviços de Saúde com relação aos Sistemas de Saúde e ao Sistema Social. Vejamos:

Posição dos Sistemas de Saúde em relação aos Sistemas Sociais



https://www.researchgate.net/publication/26428560_Sistemas_de_servicos_de_saude_principais_tipologias_e_suas_relacoes_com_os_sistema_de_saude_brasileiro

Os Sistemas de Serviços de Saúde são compostos por arquitetura, fisiologia e instrumentos. A arquitetura é o componente que envolve toda a estrutura do sistema e os mecanismos de relações entre o próprio sistema e entre esses e os demais sistemas sociais; a Fisiologia relaciona-se com a capacidade de funcionamento do sistema com o intuito de responder socialmente às condições de vida da população; já os instrumentos, referem-se aos recursos disponíveis pelo sistema, sejam eles tecnológicos, legais ou organizacionais, utilizados para reger e desenvolver tais funções.

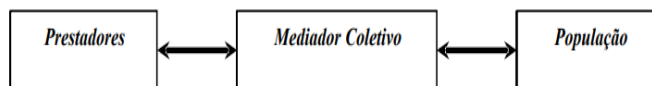
Com relação aos objetivos dos Sistemas de Saúde, independente da forma de organização social e econômica, a maioria dos países tem objetivos comuns com relação a esses sistemas. Os principais objetivos dos Sistemas de Saúde são:

- Alcance de um nível ótimo de saúde, distribuído de forma equitativa;
- Garantia de uma proteção adequada dos riscos para todos os cidadãos;
- Acolhimento dos cidadãos;
- A efetividade dos serviços de saúde;
- A eficiência dos serviços de saúde.

Assim, para atingir esses objetivos os Sistemas de Serviços de Saúde devem atuar na articulação de atores sociais envolvidos no processo com o intuito de mediar os interesses e conflitos desses atores. Os principais componentes de um sistema de saúde são a população e as instituições prestadoras de serviços, embora, existam outros atores importantes como universidades, conselhos profissionais, indústria farmacêutica, dentre outros.

A relação entre esses dois componentes não se dá de forma direta, ela é mediada por um ator coletivo, conforme observado na figura a seguir. Essa figura esquematiza as relações que se estabelecem entre os principais componentes dos Sistemas de Serviços de Saúde.

Principais componentes dos Sistemas de Serviços de Saúde



https://www.researchgate.net/publication/26428560_Sistemas_de_servicos_de_saude_principais_tipologias_e_suas_relacoes_com_os_sistema_de_saude_brasileiro

Nos sistemas públicos esse mediador coletivo é o Estado podendo existir outros mediadores coletivos em outros tipos de sistemas, como no caso dos seguros saúde onde o mediador coletivo

²(Adaptado de): BISPO JÚNIOR, José Patrício; MESSIAS, Kelly Leite Maia de. *Sistemas de serviços de saúde: principais tipologias e suas relações com o sistema de saúde brasileiro*. Rev. Saúde. Com2005; 1(1): 79-89.

é a empresa seguradora, ou na medicina de grupo onde o mediador coletivo é o plano de saúde. No sistema público, o Estado define os critérios de organização e prestação dos serviços, estabelecendo prioridades de elegibilidade de diferentes grupos populacionais em relação aos serviços de saúde.

Os processos de reforma dos Sistemas de Serviços de Saúde, ocorridos nas últimas décadas, têm concentrado suas ações nas mudanças estruturais, de financiamento e organizacionais, objetivando a prestação de serviços de forma equânime, com a melhoria da satisfação dos usuários e a redução dos custos em saúde. Nesse contexto, propõe-se algumas funções essenciais para os sistemas públicos de saúde, sendo essas funções essenciais adotadas pela Organização Panamericana de Saúde na proposição de reorganização dos Sistemas de Saúde Latino-Americanos.

Funções Essenciais da Saúde Pública

- 1- Monitoramento da Situação de Saúde;
- 2- Vigilância em Saúde Pública;
- 3- Promoção da Saúde;
- 4- Participação Social e empoderamento dos cidadãos;
- 5- Planificação estratégica em Saúde Pública;
- 6- Regulação e Fiscalização;
- 7- Garantia do acesso a atenção a saúde;
- 8- Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- 9- Garantia da qualidade dos serviços;
- 10- Desenvolvimento de inovações tecnológicas para a Saúde Pública;
- 11- Redução das emergências e desastres em saúde.

No entanto, se analisados os vários modelos de Sistemas de Serviços de Saúde existentes, propõe-se uma agregação e classificação em três macro funções principais: o Financiamento; a Regulação; e a Prestação.

A macro função de Regulação seria desenvolvida através de três papéis regulatórios a reitoria, a normalização e a superintendência; o Financiamento seria exercido de forma equitativa, buscando a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, e se desenvolveria através dos papéis de extração, acumulação e alocação; já prestação seria organizada por meio de prestadores públicos e privados, organizados numa rede integrada de serviços, tendo como centro de comunicação a Atenção Primária a Saúde.

O que vai delinear e caracterizar os Sistemas de Serviços de Saúde é o papel que o Estado desempenha, quais as suas intervenções e como articula os interesses dos diversos componentes. Assim, a depender dos papéis destinados ao Estado e a iniciativa privada, é que vão se conformar os três tipos principais de Sistemas de Serviços de Saúde: o Sistema de Saúde de Dominância de Mercado, o Sistema de Seguros Sociais Obrigatórios e o Sistema de Saúde de Dominância Estatal.

Os principais Sistemas de Serviços de Saúde

→ Sistema de Dominância de Mercado

Este modelo de sistema de serviços de saúde tem como características principais o financiamento predominantemente privado, empresas seguradoras como mediadores coletivos, prestação desempenhada por prestadores privados, escolha da empresa prestadora feita pelo cidadão pagante e regulação delegada ao mercado. Essas características refletem na verdade uma desresponsabilização do Estado com relação aos seus cidadãos, ou seja, o Estado que deveria assegurar um nível ótimo de saúde à sua população, entrega essa responsabilidade ao mercado, que através da lei da demanda e da oferta, regularia o acesso aos serviços de saúde.

Todavia, os Sistemas de Serviços de Saúde têm características especiais que a dominância mercadológica não tem capacidade, ou, pelo menos, não tem intenção de considerar. A crença de que o

Estado não deve intervir no mercado e que a assistência à saúde é um bem de consumo como outro qualquer, adquirível no mercado, pode trazer danosas consequências à população.

→ Sistema de Seguros Sociais Obrigatórios

As principais características desse modelo são: cobertura de seguro obrigatório; financiamento provindo de contribuição de trabalhadores e empregadores; garantia de asseguramento aos desempregados por parte do Estado; contribuição proporcional à renda e não aos riscos individuais; maioria dos prestadores privados. Este modelo de sistema de serviços de saúde, em virtude da obrigatoriedade do seguro, garante uma cobertura quase total da assistência à saúde.

Ao contrário do sistema de dominância de mercado, assegura à população um nível de assistência independente do poder de compra dos cidadãos. Uma outra característica que chama a atenção no sistema de seguro social obrigatório é o seu modelo de financiamento, sendo este mantido por contribuições iguais de patrões e empregados, incidentes sobre a folha de pagamento.

Esse tipo de financiamento tem como vantagem a garantia de asseguramento a todos os trabalhadores empregados e a contribuição mínima do Estado. O Estado, orientado pela solidariedade social democrata, torna-se responsável pelo financiamento do seguro aos trabalhadores desempregados.

Essa combinação de cofinanciamento dos empregadores formais e financiamento público para os desempregados propicia um alto nível de assistência à saúde para a população. No entanto, esse modelo de sistema de serviços de saúde só é devidamente eficiente em nações cujo índice de desemprego é relativamente baixo, sendo o gasto do Estado pequeno para a garantia aos trabalhadores desempregados.

→ Sistema de Dominância Estatal

O sistema de serviços de saúde de dominância estatal é adotado por vários países da união europeia. As características que se destacam é a forte presença do Estado, ou seja, o Estado como provedor das três macros funções do sistema (Financiamento, Regulação e Prestação), descentralização de algumas macros funções e definição pelo Estado da forma e do montante da extração dos recursos necessários ao seu financiamento.

No Sistema de Saúde de Dominância Estatal, o Estado se responsabiliza pela saúde dos seus cidadãos, sendo a saúde entendida como direito de cidadania e não como relação de consumo. Trata-se de um sistema universal, onde os cidadãos têm direito a uma assistência, sem uma tributação reincidente (além daquela já provida através dos impostos).

Do ponto de vista econômico ele permite um maior aproveitamento dos recursos financeiros, com a maioria dos problemas sendo resolvidos no nível primário, exigindo cuidados continuados e de menor custo. Do ponto de vista social, além de garantir assistência a toda a população, esse sistema também se destaca por promover uma maior qualidade de vida aos seus cidadãos, protegendo sua saúde e diminuindo complicações evitáveis e desnecessárias.

Todavia, não se pode deixar de considerar algumas desvantagens desse modelo, como as grades listas de espera, principalmente para os procedimentos de média e alta complexidade, pouca possibilidade de escolha por parte dos cidadãos e, talvez por causa disso, um baixo nível de satisfação entre os usuários.

Sistema de Saúde Brasileiro

O atual sistema de saúde brasileiro é fruto do embate de diversos atores sociais, dotados de valores políticos e ideológicos diametralmente opostos. No decorrer das últimas décadas do século XX, estes atores travaram disputas no campo teórico e político-institucional a fim de constituir um sistema de saúde que mais se aproximasse dos seus interesses.